ISSN: 2358-8829

A EDUCAÇÃO ESPECIAL NOS CURRÍCULOS DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO NORDESTE.

Jamilly Saraiva de Melo [1]
Emilly Santana da Silva [2]
Mel de Andrade Silva [3]
Caline Castro da Silva [4]
Bruno Rafael Vieira Souza Silva [5]

INTRODUÇÃO

A Organização Mundial da Saúde (OMS) sinaliza que em todo o mundo cerca 1,3 bilhões de pessoas que convivem com algum tipo de deficiência, isso significa em torno de 16% da população mundial (WHO, 2022). No geral, os países e principalmente os indivíduos dos dados expostos enfrentam diversos desafios, necessitando de assistência especializada para uma melhor qualidade de vida ou até mesmo para sobreviver (Oliveira; Kronbauer, 2026).

Na escola, essa assistência surge por muitas vezes através da educação especial, sendo uma das principais responsáveis pela garantia de oportunidades educacionais, auxiliando-os no desenvolvimento social, escolar e de aprendizagem (Silva; Bento; Seixas, 2024). Podendo assim, eliminar obstáculos na aprendizagem do público com deficiência, mas também beneficiar todo o corpo estudantil com diferentes práticas pedagógicas inclusivas (Boff; Machado, 2024).

Apesar da existência de leis, há diversos aspectos que impedem o seu cumprimento, uma delas é a formação dos professores. Por muitas vezes não apresentam a qualificação necessária para o atendimento especializado, ficam sem rumo

[1] Graduanda do Curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, jamilly.melo@aluno.uepb.edu.br;
[2] Graduado pelo Curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, emilly.santana@aluno.uepb.edu.br;
[3] Graduado pelo Curso de Bacharel em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, mel.silva@aluno.uepb.edu.br;
[4]Graduado pelo Curso de licenciatura em Educação Física da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, caline.silva@aluno.uepb.edu.br;
[5] Doutor em Educação Física, Docente da UEPB - PB, bruno.silva@servidor.uepb.edu.br;

ISSN: 2358-8829

diante dos currículos que deveriam servir para sua orientação na prática da educação física adaptada nas escolas, assim como para a orientação em outras disciplinas (Oliveira; Kronbauer, 2026). Sendo necessário um maior investimento na formação inicial desses professores, assim como na formação continuada, considerando que o número de estudantes com deficiência vem aumentando anualmente (Schirmer; Silva ; Aires, 2023).

Sendo assim, é de grande importância a presença desses componentes curriculares direcionados para a educação especial nos cursos de licenciatura, colaborando para o atendimento das demandas e das diversidades dos alunos com deficiência e necessidades especiais dentro das escolas (Silva; Bento; Seixas, 2024). Portanto, essa pesquisa tem como objetivo analisar as diferentes matrizes curriculares das instituições públicas do nordeste brasileiro, identificando as disciplinas relacionadas a educação especial inseridas nos currículos das licenciaturas em educação física, verificando por fim as características da formação dos futuros professores de educação física e suas lacunas.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

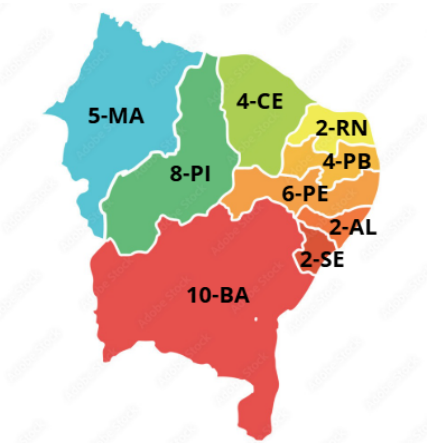
O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza quantitativa, do tipo documental, uma vez que se fundamenta na análise de documentos oficiais como principal fonte de dados. Constituída pelos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) dos cursos de licenciatura em Educação Física ofertados por instituições públicas de ensino superior do nordeste do Brasil. A identificação dos cursos foi realizada por meio de consulta ao Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC), considerando apenas cursos ativos no período da coleta que ocorreu no mês de abril de 2026. Após a coleta, os documentos foram organizados em uma base de dados estruturada, contendo informações como: nome da instituição, tipo de instituição (federal, estadual ou municipal), nomenclatura da disciplina, carga horária e modalidade (obrigatória ou optativa). As disciplinas selecionadas deveriam abordar conteúdos relacionados à educação especial/educação adaptada, para pessoas com deficiências e para os mais diversos grupos especiais, apresentando também formas de inclusão desses grupos.

ISSN: 2358-8829

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da coleta dos dados foram encontradas 21 instituições de ensino superior na região Nordeste do Brasil que ofertam 26 cursos de Licenciatura em Educação Física, nos quais foram identificadas nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) disponíveis 43 disciplinas que abordam conteúdos relacionados à educação especial. A figura abaixo apresenta a distribuição quantitativa dessas disciplinas por estados da região Nordeste.

Figura 1 - Disciplinas de educação especial por estados do Nordeste.



Fonte: Adaptado de adobe stock (2026).

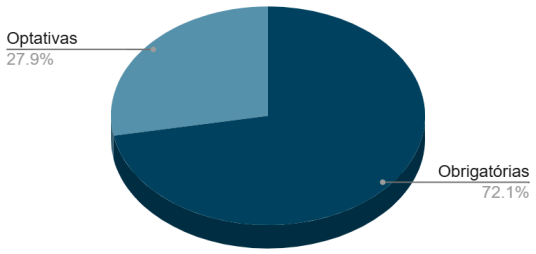
Legenda: BA - Bahia; SE - Sergipe; AL - Alagoas; PE - Pernambuco; PB - Paraíba; RN - Rio Grande do Norte; CE - Ceará; PI - Piauí; MA - Maranhão.

Quanto a essa distribuição, entre os estados, a Bahia apresentou um maior quantitativo, totalizando 10 disciplinas relacionadas a educação especial, já os estados do Sergipe, Alagoas, e Rio Grande do Norte se igualam apresentando um menor quantitativo, cada estado com apenas duas disciplinas. Sendo assim, esses resultados evidenciam a diferença e desigualdade entre estados na implantação dessas disciplinas nos currículos das Licenciaturas em Educação Física e em consequência uma diferença na abordagem do tema.

Nascimento et al (2024) enfatiza que as disciplinas da área da educação especial proporcionam uma maior compreensão das práticas inclusivas e dos desafios na Educação Física. Pensando nisso, as diretrizes acerca da formação dos professores da educação básica do Brasil destacam que na formação inicial alguns conteúdos deverão ser garantidos em seus currículos, enfatizando a área da educação especial (Brasil,

2024). Sendo necessário que as universidades brasileiras abordem ainda mais esse tema, através da formação inicial desses profissionais. Na figura 2 é apresentado a distribuição de forma geral dessas disciplinas obrigatórias e optativas identificadas nos PPC's dos cursos analisados.

Figura 2 - Distribuição de disciplinas obrigatórias e optativas.

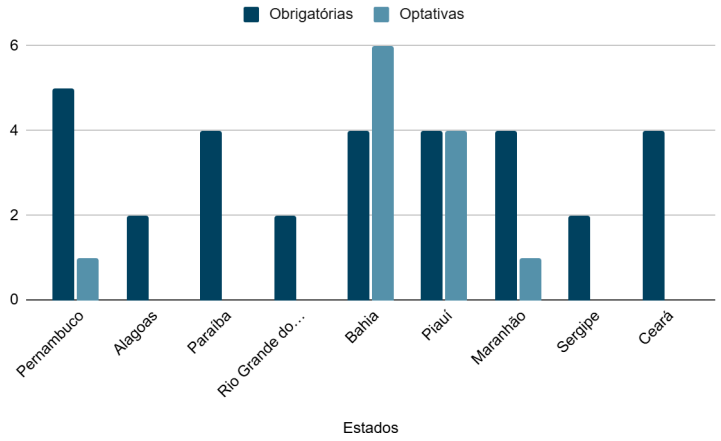


Fonte: Autoria própria.

É possível observar na figura 2 que há um predomínio de disciplinas obrigatórias (n=31) na formação desses cursos de licenciatura, apresentando-se como destaque positivo essa obrigatoriedade já que farão parte do núcleo formativo desses alunos. Apesar disso, é essencial que exista um aumento também no número de disciplinas optativas (n=12) para que haja um maior aprofundamento sobre o tema abordado.

Ferreira et al (2013) destacam que essas disciplinas devem ser ofertadas nas matrizes curriculares para além da obrigatoriedade, já que os professores devem possuir conhecimentos específicos para abordar as diferentes pessoas presentes nas aulas de Educação Física, desta forma, as graduações necessitam discutir intervenções e adaptações voltadas para pessoas com deficiência visando a realização de atividade física, pois esse público estão cada vez mais presentes nas escolas e os professores precisam estar prontos para atendê-los. Na figura abaixo, figura 3, mostra a distribuição dessas disciplinas obrigatórias e optativas desta vez por estados da região analisada.

Figura 3 - Distribuição de disciplinas obrigatórias e optativas por estados da região Nordeste.



Fonte: Autoria própria.

Na figura apresentada acima é perceptível a diferença na implantação de disciplinas obrigatórias e optativas em alguns estados. Alguns estados não disponibilizam nenhuma disciplina optativa voltada para a área da educação especial, tornando-se assim uma fragilidade entre as matrizes curriculares

No presente estudo a carga horária varia entre 60h e 90h, tendo como média cerca de 51h por disciplina avaliando todas as cargas horárias. Agapito et al., (2021) afirma que a área da educação especial deve ter uma carga mínima de 60 horas, enfatizando que os conteúdos são complexos e individualizados quando se trata de intervenção, com oferta de aulas práticas e experimentação de regência de aulas com pessoas com deficiência.

Apesar dos resultados, a pesquisa apresenta algumas limitações como a falta de acesso à alguns PPC's afetando diretamente os resultados o que não pode possibilitar uma generalização dos dados para a região analisada, sendo necessário que as instituições disponibilizem seus PPC's adequadamente para manter um fácil acesso promovendo transparência de dados, podendo futuras pesquisa abordarem análises mais completas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a temática da Educação Especial está presente nos currículos de formação inicial em Educação Física nas instituições públicas do Nordeste com uma diversidade de nomenclaturas e cargas horárias, e modalidade de oferta. Ainda assim,

existe a necessidade de implantação de mais disciplinas promovendo maior debate e ensino aprendizagem para os futuros professores de Educação Física.

Palavras-chave: Educação Especial; Formação docente; Educação Física.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Francisco Tiago Alves; SILVA, Maria Eleni Henrique da; CUNHA, Raissa Forte Pires; SIMIM, Mário Antônio de Moura. Formação dos acadêmicos de educação física para atuação com pessoas com deficiência: um estudo focado em universidades federais. **Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada** , Marília, SP, v. 22, n. 2, p. 237–252, 2023. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/sobama/article/view/10977. Acesso em: 29 ago. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo da Educação Básica 2024: notas estatísticas. Disponível em: resumo_tecnico_censo_escolar_2024_defeso Acesso em: 26 ago. 2026.

BOFF, Ana Paula; MACHADO, Andreia de Bem. Educação especial na perspectiva inclusiva: uma revisão pautada no direito de todos à educação. **Educar em Revista**, [S.L.], v. 40, n. , p. 1-17, jun. 2024. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1984-0411.85133. Acesso em: 10 ago. 2026.

Oliveira, V. M. de, & Kronbauer, G. A. (2026). Educação Física escolar adaptada: o que dizem ou não dizem os documentos norteadores dos currículos no Brasil?. **Revista Educação Especial**, e13/01–25. Disponível em: https://doi.org/10.5902/1984686X88419 Acesso em: 08 ago. 2026.

SCHIRMER, Carolina Rizzotto; SILVA, Stefhanny Nascimento Lobo; AIRES, Maria Gabriela Araújo. Formação continuada de professores em educação especial: uma revisão narrativa da literatura. **Teoria e Prática da Educaçã**o, v. 26, p. e64128-e64128, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.4025/tpe. v26i1.64128 Acesso em: 10 ago. 2026.

SILVA, Stefhanny Nascimento Lobo e; BENTO, Victória de Freitas; SEIXAS, Catharine Prata. Formação de professores e Educação Especial: análise das matrizes curriculares das licenciaturas públicas do estado do rio de janeiro. **Revista Educação Especial**, [S.L.], v. 37, n. -, p. 1-27, 21 nov. 2024. Universidade Federal de Santa Maria. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5902/1984686x88207. Acesso em: 10 ago. 2026.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global report on health equity for persons with disabilities. Geneva: World Health Organization, 2022. Disponível em: Relatório global sobre equidade em saúde para pessoas com deficiência Acesso em: 07 ago. 2026.